

QUANDO O PROFESSOR É LANÇADO AO ENSINO REMOTO: práticas e vivências dos professores de Geografia perante a pandemia de Covid-19

WHEN THE TEACHER IS LAUNCHED TO REMOTE TEACHING: practices and experiences of Geography teachers in the face of the Covid-19 pandemic

ISABELLA BELMIRO ARAUJO

Doutoranda em Geografia (UERJ)

isaaraujo268@gmail.com

BRUNO ALMEIDA REGIS DOS SANTOS

Mestre em Educação (PPGE/UFF)

bruno05regis@hotmail.com

RESUMO: UM DOS ASSUNTOS MAIS COMENTADOS E DEBATIDOS NO MEIO EDUCACIONAL EM CONTEXTO DA PANDEMIA OCACIONADA PELA COVID-19, SEM DÚVIDA, É O ENSINO REMOTO. APESAR DE SER UMA ATIVIDADE QUE NÃO É EXCLUSIVA AO FAZER DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA, ESSA PESQUISA TEM POR OBJETIVO PRINCIPAL MAPEAR COMO ESSES DOCENTES ESTÃO EXERCENDO SUAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS NESSE PERÍODO EM QUE AS AULAS PRESENCIAIS FORAM SUSPENSAS. PARA ISSO, ELABORAMOS UM FORMULÁRIO POR MEIO DO *GOOGLE DOCS*, COM PERGUNTAS DIVERSAS, EM QUE OBTIVEMOS RESPOSTAS DE VINTE E UM PROFESSORES DE GEOGRAFIA. COMO ERA DE SE ESPERAR, AS RESPOSTAS FORAM HETEROGÊNEAS, MAS EM SUA MAIORIA SE COMPLEMENTAVAM. ALÉM DISSO, PROCURAMOS DIFERENCIAR O ENSINO REMOTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA QUE, APESAR DE APRESENTAREM SEMELHANÇAS, SÃO MEIOS DIFERENTES DE ESTABELECEM A RELAÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, SENDO ESSA ÚLTIMA, INCLUSIVE, UMA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO.

PALAVRAS-CHAVE: ENSINO REMOTO; EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA; PRÁTICAS E VIVÊNCIAS DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA; PANDEMIA COVID-19.

ABSTRACT: ONE OF THE MOST TALKED ABOUT AND DEBATED SUBJECTS IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC CAUSED BY COVID-19, IS UNDOUBTEDLY REMOTE EDUCATION. DESPITE BEING AN ACTIVITY THAT IS NOT EXCLUSIVE WHEN DOING GEOGRAPHY TEACHERS, THIS RESEARCH HAS AS MAIN OBJECTIVE TO MAP HOW THESE TEACHERS ARE EXERCISING THEIR PROFESSIONAL PRACTICES IN THIS PERIOD WHEN THE FACE-TO-FACE CLASSES WERE SUSPENDED. FOR THIS, WE PREPARED A FORM THROUGH *GOOGLE DOCS*, WITH DIFFERENT QUESTIONS, IN WHICH WE OBTAINED ANSWERS FROM TWENTY-ONE GEOGRAPHY TEACHERS. AS EXPECTED, THE RESPONSES WERE HETEROGENEOUS, BUT MOST OF THEM COMPLEMENTED EACH OTHER. IN ADDITION, WE SEEK TO DIFFERENTIATE REMOTE TEACHING FROM DISTANCE EDUCATION, WHICH, DESPITE HAVING SIMILARITIES, ARE DIFFERENT MEANS OF ESTABLISHING THE TEACHING-LEARNING RELATIONSHIP, THE LATTER BEING, EVEN, A MODALITY OF EDUCATION.

KEYWORDS: REMOTE EDUCATION; DISTANCE EDUCATION; GEOGRAPHY TEACHERS' PRACTICES AND EXPERIENCES; COVID-19 PANDEMIC

INTRODUÇÃO

Neste artigo, iremos analisar as respostas que vinte e um professores de Geografia concederam via formulário *Google Docs* sobre as suas práticas e vivências acerca do ensino remoto. Todos esses professores atuavam por meio do ensino presencial e, por conta da pandemia da Covid-19, a grande maioria teve que reconfigurar seu fazer para se readequar ao ensino remoto.

Para que pudéssemos abordar com maior propriedade o assunto, propusemos uma pesquisa aberta para os professores de Geografia que trabalham em instituições públicas (em redes federal, estaduais – SEEDUC e FAETEC, ou municipais) e particulares, por intermédio de um formulário virtual em que nenhuma pergunta era de resposta obrigatória. As perguntas que os professores responderam foram: é professor de Geografia há quanto tempo?; em qual ou quais redes de ensino ministra aulas de Geografia?; nesse período de pandemia você tem proporcionado aulas por meio do ensino remoto?; se sim, qual ou quais meios tem utilizado?; quais são as condições de trabalho proporcionadas pela(s) rede(s) em que atua? (acesso à internet, espaço adequado para desenvolver o trabalho remoto, domínio das novas tecnologias, etc.); houve alguma formação específica para preparar os docentes para a educação remota? Se sim, foi proveitosa para que você se inserisse nesse processo de educação?; quais conteúdos ou atividades têm ministrado ou proposto nesse período de pandemia?; em seu ponto de vista, como tem sido a execução e assimilação das atividades por parte dos estudantes?; você possui estudantes com necessidades educacionais especiais nas turmas em que trabalha? se sim, esses alunos estão sendo assistidos devidamente (profissionais especializados e tecnologias assistivas)?; você se sente preparado e confortável para promover a educação remota? (familiaridade com as novas tecnologias e não observou dificuldades em se adaptar a esse novo processo de ensino); em sua visão, quais são os principais desafios

que observa no ensino remoto?; e quais são as principais potencialidades que percebe que o ensino remoto oportuniza?; você tem proposto atividades de enriquecimento para os seus alunos? Tais como aulas de campo virtuais, recortes de reportagem, vídeos, entre outros. Relate uma experiência que considerou relevante; você tem trabalhado com atividades complementares/ revisão ou inserido novos conteúdos? Foi uma decisão apenas sua ou da rede de ensino?; você tem sido cobrado para desenvolver processo de avaliação desses estudantes? Se sim, conte um pouco como esse processo avaliativo tem sido cobrado; houve desvantagens financeiras? Perda de gratificações, redução de salário ou, ainda, foi demitido de alguma escola em que trabalhava antes da pandemia?

A pesquisa via formulário e o presente projeto são fruto da inquietação que surgiu ao verificar a maneira como o ensino remoto vem sendo implementado nas redes de ensino, em especial nas redes públicas e privadas da educação básica sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, essa pesquisa pretende contribuir para que se tenha um panorama de como os professores de Geografia têm vivenciado esse processo, implantado suas práticas e, conseqüentemente, para repensarmos os desafios que o ensino remoto tem imposto à educação e ao ensino da disciplina de Geografia.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O ENSINO REMOTO

Assim que a escrita e seus códigos foram inventados e passaram a ser difundidos, as ideias passaram a circular sem que houvesse a necessidade da presença daquele que comunicava. Desta forma, ainda mais depois do advento da imprensa e ampliação da escola, movimentos que proporcionaram que mais cidadãos tivessem acesso à leitura e escrita, pudemos passar a ter acesso às ideias e pensamentos de autores e pessoas que talvez nunca teríamos conhecido se não fosse por todo esse processo.

A partir da aquisição de técnicas da imprensa, um material específico para instruir

também passou a ser elaborado: os livros didáticos. A partir desse suporte literário, passou-se a ensinar e aprender por meio do que escrevemos e lemos, no qual era necessária a presença do professor para promover a relação de ensino-aprendizagem.

Juntando os materiais impressos e a possibilidade de enviá-los via Correios, diversos materiais passaram a circular de um lugar para o outro, oportunizando uma ampla propagação de ideias. Nesse contexto, foi possível que as relações de ensino-aprendizagem se dessem não apenas por meio físico, através do contato direto com os mestres, mas por meio de uma prática que se tornou cada vez mais crescente: a educação a distância - EAD. De certa forma, a primeira tecnologia a serviço da EAD foi a própria escrita e que ainda é uma importante ferramenta a seu favor, apesar de existirem na atualidade vários outros recursos e, por isso, o material impresso não é mais o principal suporte para se estabelecer a EAD.

A EAD, dentro desses contornos, é uma prática secular, que se desenvolveu de acordo com os meios técnicos e de comunicação de cada época. Grosso modo, a educação a distância costuma ser diferenciada em relação ao ensino presencial. Esta se dá em instituições específicas e que tem como principal fazer o estabelecimento das relações de ensino-aprendizagem em locais (no mesmo tempo e espaço físico) em que os estudantes e professores se reúnem para desenvolverem cursos de diversas naturezas. Em contraposição, na EAD, os alunos podem realizar as atividades pedagógicas propostas pelos professores/tutores/mediadores sem que necessitem ter contato físico com os professores e com os colegas de classe.

No entanto, no processo de EAD é necessária a mediação entre professores e estudantes por meio de algum tipo de tecnologia que venha a possibilitar a comunicação e a troca entre eles. De certa forma, a EAD se confunde com as tecnologias que foram se desenvolvendo ao longo da história da humanidade. Assim, como o aluno necessita ter acesso aos materiais produzidos pelos professores, os mestres

também necessitam da devolutiva das atividades propostas respondidas pelos estudantes.

Essa comunicação poderia ser estabelecida por meio de cartas, livros, apostilas. Por meio desses suportes, era comum o ensino a distância ser chamado de “ensino por correspondência”, muito comum no Brasil até os anos noventa, em que era possível aprender diversos cursos, sobretudo cursos livres de datilografia, línguas, entre outros.

Na educação básica, o “ensino supletivo”, tendo como principal público-alvo jovens e adultos que necessitavam continuar os estudos, mas não dispunham de tempo para frequentar a escola presencial e regular, era a modalidade de ensino que mais utilizava a EAD. No Estado do Rio de Janeiro, temos até a atualidade o CES – Centro de Estudos Supletivos, com unidades em vários pontos do Estado, com o intuito de oportunizar a EAD aos jovens e adultos que necessitaram retornar aos estudos.

É verdade que sempre houve iniciativas sérias de EAD, mas também era muito comum, infelizmente, a proliferação de cursos, em sua maioria particulares, que não apresentavam um comprometimento com o ensino-aprendizagem. Configurando-se, assim, apenas como uma instituição que propiciava a “compra do diploma” e que, em alguns casos, nem era uma instituição reconhecida pelos órgãos competentes.

Com a popularização de novas mídias tais como rádio, telefone, fax, vídeo e a internet, a educação a distância foi se reconfigurando de acordo com cada um desses meios. Podiam ser utilizados de maneira independente ou associados entre si, inclusive com o material impresso, dependendo do formato de cada curso.

Pensando o contexto brasileiro, nos anos trinta do século XX, o Governo Federal implementou a “Universidade do Ar”, um programa veiculado pela Rádio Nacional, com o patrocínio do Ministério da Educação e da Saúde, e que expedia certificação sob chancela da Faculdade Nacional de Filosofia. O objetivo maior de tal empreendimento era difundir em todas as regiões do país conhecimentos da cultura nacional.

No campo da Geografia, um dos professores convidados a participar da “Universidade do Ar” foi o José Veríssimo da Costa Pereira, vinculado ao Colégio Pedro II. O programa delineado pelo professor tinha os seguintes pontos: método da Geografia; noção de paisagem em Geografia; traços essenciais da paisagem geográfica do Brasil; paisagem natural do Brasil; paisagem cultural do Brasil. Outro professor que também participou de tal programa foi o Carlos Miguel Delgado de Carvalho, muito conhecido pela difusão da “Geografia Moderna” no Brasil, assim como defensor de uma nova divisão regional que foi adotada na década de quarenta do século passado.

Na atualidade, é crescente o número de cursos, sobretudo os de graduação e especializações (pós-graduação) na modalidade EAD. É bom ressaltar que o ensino totalmente a distância não é permitido no Brasil para os cursos de graduação, ensino médio e pós-graduação. Tais cursos oferecidos no Brasil são considerados semipresenciais, pois todos eles possuem uma carga horária mínima de encontros presenciais. É o que expressa o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no qual se estabeleceu a obrigatoriedade de momentos presenciais para a realização de avaliações, estágios e defesa de trabalho de conclusão de curso. Assim como determinou que os cursos semipresenciais deveriam ter a mesma duração que os cursos na modalidade presencial. Depois desse decreto, outros se sucederam, bem como leis que visaram regulamentar o ensino semipresencial no Brasil.

Uma iniciativa que podemos citar no Rio de Janeiro é o Consórcio CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro, fundado em 2000, o qual dispõe à população fluminense diversos cursos de graduação semipresencial por meio das Universidades Públicas Federais e Estaduais sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Tais cursos são pensados estrategicamente para atender as demandas dos municípios, oportunizando a formação da população fluminense, assim como o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Em síntese, alguns teóricos subdividem a educação a distância em três gerações: o ensino por correspondência (1850-1960); o ensino por teledifusão (1960-1985) e o ensino por computador (1985 até os dias de hoje).

A segunda geração, do ensino por teledifusão, iniciou quando a televisão passou a ser incorporada como um meio para promover o ensino-aprendizagem. Fitas de videocassetes passaram a ser gravadas e enviadas como mais uma maneira de promover a educação a distância. No contexto da pandemia da Covid-19, ainda vimos essa tecnologia sendo utilizada. A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - SEEDUC estabeleceu contrato de parceria com canal Bandeirantes, com o objetivo de atingir os alunos que têm dificuldade de acompanhar as aulas por outros meios. Não faremos nesse momento juízo de valor sobre a parceria desenvolvida, pois fugiria ao objetivo inicial de apresentarmos as diferenças entre educação a distância e ensino remoto.

Por fim, a terceira geração é a era em que ainda nos encontramos: que oportunizou a criação dos ambientes virtuais de aprendizagens (AVA) por meio da internet. A terceira geração é aquela que apresenta, através das tecnologias de informação e comunicação (TICs), uma relação mais estreita entre espaço e tempo, no qual o acesso à informação e conhecimento é estabelecida de maneira mais rápida, se comparada as outras tecnologias.

Cada uma dessas gerações e períodos demarcaram o momento econômico e os arranjos produtivos em cada época. De certa forma, a EAD se inspira em processos industriais, sobretudo ao pensarmos no processo de produção em larga escala de materiais instrucionais e que tem por finalidade atingir um grande número de pessoas. Diferentemente do ensino presencial, em que o docente, ao conhecer seu alunado, tem a autonomia, mesmo que parcial, em formular suas aulas e atividades de acordo com as necessidades de cada grupo.

De acordo com Medeiros e Amaral, é interessante notar que:

As necessidades de reconstrução socioeconômica do pós-guerra apontaram a EAD como ferramenta importante nesse processo. Além disso, o período de guerra constituiu em excelente laboratório para técnicas e recursos a serem empregados na EAD. Também a necessidade de formação continuada para profissionais, derivada das crises da produção e do capital que marcaram as décadas de 1960 a 1970, reforçaram o calor da EAD, agora promovida com novos recursos tecnológicos, diante da movimentação intensa de trabalhadores por um cenário profissional no qual profissões se extinguíam rapidamente, dando lugar a outras novas ocupações (MEDEIROS & AMARAL, s/d, p. 6 e 7).

Na atualidade, o trabalho e as suas relações estão cada vez mais voláteis e a velocidade das informações está muito acentuada, o que influi nas relações de ensino-aprendizagem. A incorporação das novas tecnologias à EAD passou a oportunizar a construção de novos materiais didáticos, como os materiais multimidiáticos.

Como pudemos perceber, os períodos turbulentos que a humanidade atravessa tendem a propiciar reconfigurações na maneira de ensinar-aprender. Com a pandemia ocasionada pela Covid-19 não tem sido diferente. Perante a impossibilidade de os estudantes e professores de uma unidade escolar poderem se encontrar, conforme ocorre no cotidiano de uma escola presencial, as Secretarias de Educação do Estado e de diversos municípios fluminenses passaram a adotar estratégias para estabelecer o ensino remoto. Sobretudo após a Medida Provisória nº 934/2020, de 1º de abril de 2020, que estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública.

Ao implementar o ensino remoto, as redes de ensino utilizam de diversos meios que a EAD já usa, no entanto, não são sinônimo e possuem diferenças. Como as atividades presenciais estão

suspensas por conta do risco de contágio da Covid-19, o ensino remoto tem sido considerado uma alternativa para que se continue o processo pedagógico utilizando ferramentas da internet ou, ainda, materiais impressos, ao se considerar que parte do alunado não possui acesso às ferramentas digitais. Diferente da EAD, o ensino remoto não pode ser considerado uma modalidade de ensino, mas uma solução parcial para o momento de distanciamento social em que vivemos.

No entanto, na LDBEN 9.394/96 a EAD, enquanto modalidade da educação, só abrangia o ensino médio e superior. A Medida Provisória 934/2020 flexibilizou a oferta do ensino remoto para todos os níveis e modalidades de ensino. Perante a adoção do ensino remoto, muitos desafios têm se apresentado.

Desde que a pandemia virou realidade, uma das maiores preocupações no campo da educação tem sido como administrar as relações de ensino-aprendizagem que antes aconteciam de modo presencial. Muito tem se discutido sobre o assunto no âmbito do executivo, do legislativo e até mesmo no judiciário, uma vez que o ensino remoto pode promover desigualdades e ferir o princípio da educação como direito subjetivo.

As escolas e redes de ensino que passaram a adotar o ensino remoto, na maior parte dos casos, não desenvolveram uma estruturação prévia, justamente por não terem necessidade de atuar desse modo anteriormente. Desta forma, o Ministério da Educação, os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, especialistas, professores, responsáveis e alunos têm buscado encontrar soluções que foram impostas pela pandemia em curso. Os caminhos têm sido diversos: consensuais, conflitantes, sinuosos e, por vezes, autoritários.

Cabe ressaltar que o ensino remoto muito se alimenta do acúmulo que há na EAD, mas guarda especificidades e diferenças. Na EAD, faz-se necessária a atuação de equipes multidisciplinares. Costuma ter professores-autores que organizam o material base de um curso ou disciplina. A partir desse material, outros

profissionais atuarão para o desenvolvimento didático do curso (desenho instrucional) e para que seja transformado em mídia (objetos de aprendizagem), que serão disponibilizadas aos estudantes do curso em questão, por parte da equipe de desenvolvimento e criação. Ainda há a equipe de tutoria, que dialoga e interage com os estudantes baseando-se nos materiais disponibilizados. Por fim, ainda há a equipe de tecnologia e suporte técnico, que é responsável pela implementação e manutenção do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), inclusão dos estudantes nas turmas, envio de acesso, etc. Além disso, um (AVA) pode possuir diversas ferramentas que oportunizem a interação: e-mail, fórum, chat, teleconferências, videoconferência, blog, redes sociais, entre outros.

O que vimos assistindo em relação à SEEDUC e em algumas Secretarias Municipais de Educação é o ensino remoto sendo promovido de maneira não planejada e/ou sem todo o aparato e estrutura que o momento requer. Como a pandemia não foi algo que pudéssemos premeditar, não houve um planejamento prévio e a maior parte das redes de ensino não estavam preparadas nem técnica e nem teoricamente para enfrentar tais desafios. E, muitas das vezes, adotam plataformas digitais de grandes grupos privados e que nem de longe consideram a heterogeneidade dos estudantes que estarão no centro desse processo de ensino-aprendizagem.

A PESQUISA COM OS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

A pesquisa via formulário *Google Docs* foi realizada com vinte e um professores de Geografia, com dez a trinta anos de magistério, que atuam em escolas particulares e/ou em redes municipais, estaduais e federal. Conforme apuração das respostas, cinco professores trabalham em redes de ensino particular, onze atuam na SEEDUC, dois na Rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), dezessete trabalham em redes municipais de ensino – Cabo Frio, Magé, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Caxias, Niterói e Itaboraí e um trabalha na Rede Federal – Colégio Pedro

II (CPII). Cabe ressaltar que alguns professores declararam trabalhar em duas redes de ensino públicas ou, ainda, em redes privadas de ensino em concomitância com uma ou duas redes públicas. Professores e professoras responderam ao questionário, mas como não solicitamos identificação, não será possível determinar o gênero ao longo da apuração da pesquisa.

Ao serem perguntados se estão trabalhando por meio do ensino remoto, 86% responderam que sim. Enquanto apenas 14% responderam que ainda não estão trabalhando de maneira remota para estabelecer o processo de ensino-aprendizagem. Um dos docentes ressaltou que a Secretaria de Educação de São Gonçalo até o momento, 14/05/2020, não havia implementado o ensino remoto, assim como no CPII.

Em relação aos meios que os professores têm usado para estabelecerem o processo de ensino-aprendizado, responderam que estão utilizando no ambiente virtual da própria escola; *Google Classroom* (utilizada pela SEEDUC); *WhatsApp*; *Zoom*; *Facebook*; *E-mails*; *Google Meet*; apostilas impressas; Plataforma *Gsuite*; Plataforma *Moodle*; *Blog*; Plataforma *Wpensar*.

Um dos docentes entrevistados trouxe uma informação curiosa: uma das escolas em que trabalha já utilizava plataforma virtual de aprendizagem com o objetivo de repor aulas em dias de conflito na comunidade e destacou que a plataforma continuou sendo usada desde o primeiro dia de suspensão das aulas por conta da pandemia da Covid-19. Demonstrando uma dura realidade presente em boa parte do Estado do Rio de Janeiro: a suspensão de aulas presenciais devido à violência.

Outro professor pontuou que, tanto em uma escola particular, como no Estado, a plataforma *Google Classroom* é utilizada. No entanto, pondera que pela escola do Estado só são enviadas atividades e que no particular complementam as ações com aulas on-line, via plataforma *Google Meet*.

O docente que trabalha no CPII relatou que a instituição “posicionou-se contra as ações educacionais a distância em substituição às aulas

presenciais durante o período da pandemia”. Em síntese, através de nota pública, o Reitor Oscar Halac, em 18 de março, expressou que no CPIL não eram todos os estudantes que possuíam acesso à internet e que os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) apresentavam diferentes necessidades de suporte e recursos de adaptações curriculares. Além disso, salientou que as atividades práticas (em laboratórios, visitas técnicas, etc.) eram essenciais para o desenvolvimento pedagógico do educando, entre outras ponderações e que, por isso, não era possível substituir as aulas presenciais por qualquer outra iniciativa.

O docente ressaltou ainda que, em um primeiro momento, os campi puderam realizar iniciativas próprias. A orientação do Departamento de Geografia foi de que as equipes de cada Campi poderiam acatar ou não essa recomendação de produzir materiais específicos da disciplina. Por decisão da maioria, a equipe de Geografia de Niterói enviou sugestões de textos/filmes/documentários, além material em *slides* aos estudantes.

Em 9 de maio, foi publicada nova carta do Reitor à comunidade com críticas ao Parecer do CNE. Mais uma vez, o texto deixou clara a decisão da instituição sobre o ensino remoto, que poderia:

[...] levar à ideia errônea de propagação do senso comum que as escolas funcionam normalmente por meio de aulas remotas. Se estas forem entendidas como Ensino a Distância, o engano é maior porque a EAD é uma tecnologia educacional, uma ferramenta que requer tecnicismo, investimento e infraestrutura do Estado para ser uma ação que beneficie todos os estudantes¹.

Porém, no dia 18/05/2020, foi divulgada uma minuta de Portaria com diretrizes sobre o trabalho remoto. Ainda está em discussão nas diferentes instâncias consultivas e deliberativas da instituição. A princípio, o documento refere-se aos servidores da reitoria, mas há um entendimento de que pode ser estendida também aos docentes,

caso não seja feita uma portaria específica para regular a atuação desse segmento².

Ao serem questionados quais são as condições de trabalho proporcionadas pela(s) rede(s) em que atuam, se houve preocupação com o docente possuir bom acesso à internet, espaço adequado para desenvolver o trabalho remoto, se tem dominado as novas ferramentas de trabalho, etc., a maioria dos docentes respondeu que não houve nenhuma preocupação com os meios para acessar qualquer plataforma ou recursos e TICs, somente a exigência de cumprir ordens e prazos. Assim como alguns docentes expressaram que as ferramentas foram adquiridas exclusivamente por eles. Além disso, um docente expos que a direção da escola em que trabalha, na Rede Estadual de Ensino, está exigindo que os professores acessem a plataforma no horário exato estabelecido no quadro de horários da escola, ignorando a rotina desse professor na atual conjuntura. Ainda houve relatos que alguns professores estão sob pressão e sob o medo de sanções futuras (cortes de gratificações), acabando produzindo materiais de média a baixa qualidade.

Apenas alguns dos docentes ponderaram que tiveram algum tipo de orientação e, na maioria das vezes, incipiente. Entre as respostas, podemos destacar a do docente que ressaltou que a rede municipal não prestou nenhum suporte aos profissionais e agora, com dois meses, vem buscando ensinar através do uso da plataforma *Microsoft Teams*. Outro professor apontou que teve acesso apenas a uma orientação para saber como acessar a plataforma. Um terceiro docente destacou que, na rede em que trabalha, estão promovendo um curso pela *Microsoft*.

Essa postura por conta das redes de ensino demonstra que não há um planejamento para atender as demandas do ensino remoto. Na mídia, presenciemos mais o questionamento em relação ao acesso e inclusão digital pelos alunos, mas esquecem que há também professores que não dominam ou não possuem acesso às novas tecnologias.

Mesmo que a pandemia ocasionada pela Covid-19 não tenha oportunizado um planejamento

aprofundado, as redes de ensino, sejam públicas (municipais, estaduais ou federal) ou privadas, deveriam se preocupar com as condições de trabalho que os professores possuem. Planejamento, formação, acompanhamento, recursos de materiais tecnológicos, ergonomia para efetuar o trabalho *home office* deveriam ser aspectos considerados, até mesmo para evitar problemas de saúde (física e emocional) futuros.

Apesar de não haver essa preocupação pela maioria das redes de ensino, de acordo com as respostas de alguns professores participantes dessa pesquisa, algumas delas ainda têm proporcionado cortes nas gratificações (como difícil provimento, difícil acesso, auxílio transporte, auxílio alimentação, dupla regência, atraso de salários, retirada da hora extra, etc.). Auxílios esses que, além de ajudar os docentes e suas famílias a passarem por um período econômico delicado, também poderiam auxiliar na aquisição de recursos materiais (papel, tinta de impressora, cadeira e mesa apropriadas, acessórios e aparelhos eletrônicos, internet, etc.) para a promoção do ensino remoto.

Acerca especificamente da formação, a maior parte dos docentes responderam que não tiveram qualquer tipo de preparação. E, quando tiveram, foram ações estanques, autorreguladas e insuficientes para se sentirem mais seguros no desenvolvimento do ensino remoto, via informes, *e-books*, *e-mails*, *WhatsApp* e tutoriais do *Youtube*. Além disso, alguns docentes relataram receber a ajuda de colegas para que possam executar as atividades solicitadas pela unidade escolar/rede de ensino. Um docente relatou que “as *lives* que se propuseram à formação não passavam de propagandas da empresa ao seu trabalho”. Ao realizar uma breve avaliação desse processo, outro professor expõe que “foi proveitoso de forma automática e funcional, mas ainda estou buscando me adaptar durante as semanas”. Por fim, outro profissional pontua as especificidades da escola particular em que “vigora a clássica meritocracia: quem quiser manter o emprego que ‘se vire’ para aprender”.

Apenas algumas poucas respostas demonstraram uma maior preocupação em realizar formação e preparar os docentes para desenvolverem o ensino remoto por parte das redes de ensino. A seguir, a resposta de um professor que tem recebido algum tipo de formação: “no município estamos fazendo cursos EAD, produzidos pela própria Secretaria de Educação, na plataforma *Moodle*”. Um docente salientou que: “entre os cursos oferecidos pela Diretoria de Extensão e pela Coordenação de Ensino a Distância estão a Introdução ao *Moodle* para o *design*, publicação e administração de ambientes virtuais de aprendizagem, além do Curso de Gravação de videoaulas para professores. A participação nesses cursos de formação é voluntária”. Outro professor expõe que “na Rede de Magé, estão sendo fornecidos cursos em caráter obrigatório para todos os professores na plataforma *Moodle*. Até agora fiz um dos cursos de caráter introdutório, trabalhando a inserção do professor no ensino remoto, mas de forma muito rasa”.

Sobre os conteúdos ou atividades que os docentes têm ministrado ou proposto nesse período de pandemia, uma parte respondeu que estão apenas trabalhando por meio de revisões e debates sobre as questões atuais, sobretudo que envolvam a pandemia, e que tenham relação com a disciplina de Geografia, como conteúdos sobre globalização, industrialização e cartografia, além de utilizarem vídeos da internet e atividades diversas. Outros, ainda, expuseram que há redes em que estão trabalhando com questões do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e com outras avaliações externas. Ainda tiveram docentes que pontuaram que, sobretudo em escolas particulares, estão sendo exigidos a seguir com o currículo, como se estivessem em aulas presenciais. Houve um professor que salientou que ainda estão sendo aplicadas provas via formulário do *Google*. Por fim, outro docente ressaltou que está trabalhando com conteúdos transdisciplinares, com a elaboração e colaboração de professores de outras disciplinas.

Questionados sobre como avaliavam a execução e assimilação das atividades por parte dos estudantes, a maioria dos docentes respondeu que não possui nenhum retorno ou as devolutivas das atividades dos estudantes têm sido incipientes. A seguir, reproduziremos algumas das respostas: “há relatos dos próprios estudantes nas redes sociais da escola em que leciono manifestando a insatisfação com o ensino a distância e a dificuldade de assimilação dos conteúdos”; “na escola em que trabalho, na Rede Estadual, somente 40% dos alunos se cadastraram na plataforma e a maior parte desses só acessaram uma única vez. Isso dificulta qualquer análise de assimilação por parte dos alunos e me obriga a trabalhar os conteúdos de forma pouco aprofundada”; “como trabalho na comunidade Nova Holanda, em que há pobreza extrema e a maioria não tem acesso à internet, não tenho como mensurar”.

Um grupo menor de docentes apresentou que a interação e assimilação dos discentes tem acontecido parcial ou satisfatoriamente via meios remotos, apesar de apresentarem alguns contrapontos. Dentre as respostas estão: “na primeira aula, de um total de cerca de 100 alunos, só estavam presentes 10 alunos, mas depois aumentou bastante, foi pra 50 alunos. No entanto, não sei se os 50 estavam assistindo com atenção”; “na escola da rede estadual a maioria está fazendo as atividades e assimilando os conteúdos propostos. Na rede municipal esse número é ainda pequeno, mas está crescendo”; “do meu ponto de vista, o aprendizado pelas aulas ao vivo (no meu caso, apenas escolas particulares) é eficaz. Não vejo como sendo o ideal, mas está funcionando durante esse período. Percebo que assim como nas aulas presenciais, têm alunos que se dedicam mais e outros que se dedicam menos, logo, o aproveitamento é diverso. Sinto também que, em geral, os estudantes sentem falta da rotina escolar, dos colegas e dos professores”.

Pelos relatos dos professores, fica-nos a impressão que, de modo geral, há uma grande diferença de acesso e participação entre o alunado

da escola pública se comparado aos alunos das escolas privadas. Parece-nos que os alunos das escolas privadas têm mais acesso e permanência às aulas pelos meios virtuais. Entretanto, no ensino público, sobretudo pelas desigualdades sociais, nem todos os alunos possuem a oportunidade de acompanhar o ensino remoto. Por isso, há uma grande defesa que os exames nacionais, como o ENEM, sejam adiados, uma vez que a manutenção iria provocar um fosso ainda maior de desigualdade entre os estudantes.

Incluimos uma pergunta específica sobre alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): se os professores possuíam alunos com NEE e se esses estavam tendo acesso à materiais adaptados ou apoio de profissional especializado. Setenta por cento dos professores responderam que possuem estudantes com alguma deficiência e que a maioria não está sendo devidamente assistida durante esse período de ensino remoto. Infelizmente, essa constatação não foi nenhuma surpresa, uma vez que a inclusão no ensino presencial costuma já ser precária na maior parte das redes de ensino. A seguir, reproduziremos as colocações de alguns docentes: “no município fiz uma apostila para cada aluno especial e, à contragosto, uma prova, que não sei quando nem como irão aplicar (pediram, mas não definiram nada. Nem como estes alunos terão acesso). No Estado não pediram nada, pois a SEEDUC recomendou que o AEE da escola faria um PEI (Plano de Ensino Individualizado) para cada aluno, mas que até agora não aconteceu”. “Não há, embora o colégio tenha o NAPNE (Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Específicas), que dispõe de tecnologias assistivas, que muito contribuem para o processo pedagógico, mas nesse contexto de pandemia esse trabalho não tem sido realizado. Muitos desses alunos residem em locais distantes do Campus e sequer têm acesso à internet em suas residências e nem possuem familiares em condições de ajudá-los academicamente”. “Até ano passado havia alunos com deficiência auditiva e a presença de intérpretes em sala. No início desse ano já

não havia mais intérpretes devido à falta de pagamento de seus salários”. “A SEEDUC cortou o ponto dos profissionais de apoio, ou seja, os alunos especiais estão sem nenhuma ajuda especializada”. “A irmã de um aluno cego entrou em contato comigo essa semana para explicar como está difícil para ele (o irmão) acompanhar”. “Tem o professor (especializado), no (ensino) público, que tem de dar conta de 3 ou 4 alunos. Eles fazem o que podem. A inclusão a meu ver é uma farsa da Prefeitura. Os profissionais são bons, mas a estrutura que os dão é péssima”.

A maior parte desses posicionamentos pontua que as políticas públicas para a inclusão das pessoas com NEE são precárias: a não formação de quadro de profissionais concursados para o atendimento educacional especializado, a descontinuidade dos contratos desses profissionais, o grande número de alunos destinados aos cuidados ou mediação de um único profissional, etc., evidenciam a precariedade que os alunos com NEE vivenciam cotidianamente. No contexto do ensino remoto, essa precariedade se acentua e demonstra a educação excludente que ainda impera na maior parte das redes de ensino públicas e privadas.

É importante também evidenciar que apenas dois professores demonstraram que seus alunos estão sendo assistidos de algum modo. Um docente relatou que “as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais e as Orientadoras Educacionais têm mantido contato com esses alunos, mas o acesso às tecnologias assistivas ainda é precário”. Outro professor pontuou que “segundo a direção da escola, esses alunos estão sendo assistidos”. Com essa última resposta, questionamo-nos sobre a não interação entre professor especializado e professor regente para que a oferta do ensino aos estudantes público-alvo da educação especial aconteça. A educação das pessoas com NEE deve se estabelecer entre diversos profissionais da escola e não apenas pela direção da unidade escolar.

Os professores foram perguntados se sentem-se preparados e confortáveis para promover o ensino remoto. Isto é, se possuem

familiaridades com a novas tecnologias e não observaram dificuldades em se adaptar a esse novo processo de ensino. A grande maioria respondeu que apresentou dificuldade em se adaptar aos novos meios de ensino-aprendizagem e estão “trocando o pneu com o carro andando”. Isto é, ao mesmo tempo em que precisam lecionar remotamente, necessitam aprender a adaptar o currículo, a metodologia, etc. Alguns professores pontuaram que, por meio do ensino remoto, não existe autonomia alguma do professor, o que tem trazido muito incômodo. Outro docente enfatizou que, apesar de ter intimidade com meios digitais, defende que deveria haver uma capacitação contínua dos profissionais de educação, pois há um número grande de professores que possuem dificuldade em lidar com essas ferramentas digitais. Mais um professor ressaltou que não se sente preparado e nem confortável, pois vê que os docentes estão se adaptando à força e às pressas a esta nova realidade.

Ao serem perguntados sobre os principais desafios do ensino remoto, boa parte dos docentes respondeu que são: o acesso à internet; a ausência do contato com os alunos e a falta de um ambiente adequado para estudar/trabalhar; adaptação aos recursos tecnológicos, gerando uma desigualdade ainda maior na educação pública; a não interação presencial para a construção do conhecimento; a falta de formação dos professores para o uso das novas tecnologias; insegurança diante das pressões dos governos, dos responsáveis, dos alunos, das equipes gestoras das escolas, combinadas com o medo da pandemia; saúde psicológica para acompanhar esse momento e tempo para assimilar a nova prática; baixa participação dos alunos e a troca limitada. Um dos professores pontuou que: “na escola em que leciono, alunos apontaram como principal dificuldade o fato de estarem acostumados a ter alguém para tirar suas dúvidas e lhe explicar a matéria. Como isso não acontece através da plataforma disponibilizada pela Secretaria de Educação e não há ninguém da família que possa assumir esse papel em casa, eles se sentem inseguros e perdidos”.

Em contrapartida, perguntamos quais são as principais potencialidades que a educação remota oportuniza. E parte dos docentes colocaram que, quando professores e alunos possuem e dominam as tecnologias, acreditam que há uma otimização do tempo. Outros fatores apresentados foram: a diversificação de instrumentos de trabalho e diminuição das distâncias geracionais; infinidade de recursos visuais e a possibilidade do diálogo em qualquer hora ou local; em contexto de maior igualdade de acesso à tecnologia por parte de professores e alunos, a educação remota poderia complementar as aulas presenciais.

Cabe ressaltar que alguns professores apresentaram apenas aspectos de desvantagens do ensino remoto, ressaltando que tais práticas podem gerar mais sucateamento, mais precarização das relações de trabalho e da qualidade do estudo. Um dos docentes pontuou a própria formação do professor, que é totalmente voltada para o ensino presencial: “poderia dizer que uma das potencialidades seria a de suprir as deficiências estruturais do sistema público de ensino. No entanto, do ponto de vista da própria formação dos professores, essa potencialidade pode ser questionada, pois nossa formação é baseada no ensino presencial e não em EAD. A metodologia é outra, não se trata simplesmente de aprendermos a usar recursos tecnológicos, mas pensar na aula e no planejamento de atividades com base na EAD, que é diferente”.

Outra pergunta que realizamos foi se os docentes têm proposto atividades de enriquecimento para os seus alunos, tais como: aulas de campo virtuais, recortes de reportagem, vídeos, entre outros. As principais respostas foram expondo que os vídeos costumam ser as maiores fontes, pela facilidade de atingi-los por meio da linguagem dinâmica e o uso de reportagens e debates. Além de trabalharem com imagens, charges, gráficos, tabelas, mapas, assim como alguns já faziam em sala de aula.

A seguir, reproduziremos as principais respostas, que representam uma grande riqueza de propostas pedagógicas: “a proposição de

debates com temas diversos, inclusive que envolvessem sobre o conceito decolonial, colonialismo e colonialidade”; “uso de vídeos históricos sobre formação territorial e reportagem sobre os ‘capitães do Brasil’. Reportagem sobre gripe espanhola, com pirâmides etárias da época e as de 2019. Fórum com reportagens de críticas à manutenção do ENEM em meio à pandemia para que os alunos debatessem sobre. Uso do trailer do filme ‘O mundo perdido’ para comparar com a realidade do tempo geológico, em forma de fórum”; “solicitei que escolhessem uma imagem, poesia, vídeo ou outra forma de linguagem criativa que expresse o processo de Globalização, exclusão e desigualdades sociais e comentassem o motivo da escolha, em debate pelo *Meet*”; “uma das atividades que propus foi que assistissem a dois filmes do Ken Loach: ‘Eu, Daniel Blake’ (sobre a burocratização dos sistemas de proteção social) e ‘Você não estava aqui’ (efeitos da *uberização* do trabalho), embora reconheça que nem todos têm possibilidade de acesso a esses recursos. Também procurei priorizar textos com reflexões sobre as novas espacialidades produzidas pela difusão da COVID-19”; “em uma turma do 9º ano promovi uma atividade em que disponibilizei um texto com informações sobre a Coreia do Sul (resumo histórico, aspectos econômicos, demográficos, culturais, etc.), seguido de um questionário acerca das informações contidas no texto. Em seguida disponibilizei um *link* do *YouTube* sobre a cultura *K-pop*, para que os alunos fizessem um breve texto relacionando o conteúdo do texto com o do vídeo”.

Por outro lado, alguns professores demonstraram as dificuldades de conseguirem executar essas atividades, pelo fato de os alunos não terem acesso ou por não possuírem dados (de internet) para efetivar as atividades propostas. Além disso, a falta ou baixo retorno por parte dos alunos acaba por limitar as propostas que o professor pode sugerir às suas turmas.

Questionados se têm trabalhado com atividades complementares/revisão ou inserido novos conteúdos e se foi uma decisão apenas

sua ou da rede de ensino, os professores deram respostas diversas. Alguns responderam que estão ministrando novos conteúdos, mas por decisão da escola, como se estivessem em sala de aula. Outros iniciaram com atividades complementares e revisão, mas depois as redes cobraram conteúdos novos. Um docente relatou que, na escola em que trabalha, por enquanto, o professor tem liberdade de postar ou não novas atividades. Por fim, um dos professores enfatizou que os únicos conteúdos novos são debates sobre assuntos da contemporaneidade, como política nacional, estrutura racista no Brasil e desigualdade na educação brasileira.

Acerca da avaliação, foi perguntado se estavam sendo cobrados para desenvolver processo de avaliação desses estudantes. Boa parte dos docentes respondeu que ainda não estão sendo cobrados, mas há cobranças por parte de algumas redes ou escolas, sobretudo nas instituições privadas. É o que expõe esse professor, ao dizer que “na rede privada as avaliações terão início na próxima semana. Na rede pública só posto materiais para compreensão de conteúdos, mas não avaliei ninguém ainda”. No entanto, em algumas redes públicas a cobrança por avaliação também tem sido uma realidade: “no município está havendo essa cobrança, mas no Estado e nem no particular fui cobrada ainda”. Alguns professores relataram também que a avaliação foi cobrada, mas foi definido que o professor teria a liberdade de criar a avaliação do jeito que achar melhor, seja por meio de prova ou trabalhos. Houve um docente que ressaltou que a avaliação tem sido cobrada, mas que os alunos que não estando interagindo não serão penalizados: “a direção da minha escola pediu para que os professores avaliem os alunos, mas ressaltando que os alunos que não estão acessando a plataforma terão direito a fazerem as mesmas avaliações quando as aulas presenciais voltarem”. Um dos docentes pontuou que a avaliação tem sido cobrada, mas sem valer nota ou conceito. Serve como um meio diagnóstico, com o objetivo de saber se os alunos estão construindo seu

conhecimento para, assim, poder planejar novas atividades ou recuperar conteúdos não compreendidos. Um outro professor também expos que o processo de ensino passaria a ser avaliado, como uma maneira de tentar garantir a participação dos estudantes: “nas escolas particulares ainda não aconteceram avaliações com a denominação de ‘prova’. Porém, depois de algumas semanas percebemos que o número de estudantes que estavam realizando as questões estava diminuindo, logo, foram avisados que essas questões estariam sendo avaliadas de alguma maneira. O número de atividades enviadas aumentou significativamente. Assim como na sala de aula, no ambiente virtual, a maioria dos alunos se motivam e produzem em razão dos pontos, infelizmente”. Por fim, um docente expôs que alunos do último ano do ensino médio seriam submetidos às avaliações, muito provavelmente essa preocupação deva vir das avaliações externas que ainda não foram canceladas. A seguir, a resposta do docente: “a minha turma de 3º ano irá fazer uma avaliação na próxima semana, então fiz 10 questões de múltipla escolha e enviei pro colégio. Mas junto com as minhas aulas, que faço ao vivo, uso o *Power Point* e ainda envio uma tarefa *on-line* que envio para eles responderem (umas 20 questões de múltipla escolha).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as respostas apresentadas pelos professores de Geografia, a maneira como tem sido estabelecido o ensino remoto na maior parte das redes públicas e privadas de ensino tem sido insatisfatória. Sem dúvida, a pandemia ocasionada pela Covid-19 trouxe mudanças repentinas e improváveis na rotina de todos, inclusive na dinâmica das escolas e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas.

O que podemos considerar nesse momento é que grande parte do caos instalado na educação vem da surpresa de enfrentarmos uma pandemia, que não estava no cenário até pelo menos o mês de março de 2020. No entanto,

mesmo com os imprevistos impostos por questões de saúde pública, pudemos constatar que também parte dos problemas instalados vêm da falta de diálogo e de uma gestão verdadeiramente democrática. Todos os sujeitos poderiam e deveriam ser ouvidos e, assim, através de pesquisas, sondagens e escuta de toda comunidade escolar e/ou acadêmica novas diretrizes poderiam ser traçadas, considerando-se a realidade de cada rede de ensino e unidade escolar.

Não estamos querendo dizer com isso que o ensino remoto, caso fosse implantado em determinada rede de ensino não enfrentaria problemas, mas os diversos sujeitos (gestores, professores, responsáveis, alunos) construiriam coletivamente. Desta forma, uma escuta sensível se faz necessária e, inclusive, essa foi uma das observações que alguns docentes colocaram no campo do formulário em que podiam acrescentar considerações pertinentes à pesquisa. Todos nós estamos vivendo os efeitos de uma pandemia, mas muitos docentes estão sendo pressionados para implantar um processo no qual não tiveram formação e nem sequer consideram a estrutura (material e emocional) que esses profissionais estão enfrentando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005**, Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 16 maio 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm>. Acesso em: 16 maio 2020.

MEDEIROS, Leila Lopes & AMARAL, Sergio Botelho do. **Fundamentos em EAD**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ/UAB/UFRJ, s/d.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Programa de Geografia da Universidade do Ar. **Boletim Geográfico**, ano I, n. 7, out. 1943. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n7_out.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, Giovane José da. Universidade do ar: Jonathas Serrano e a formação de professores de história pátria pelas ondas do rádio. In: GOMES, Angela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos (Org.). **Intelectuais Mediadores** – Práticas Culturais e Ação Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NOTAS

¹ Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/10139-reitor-do-col%C3%A9gio-pedro-ii-se-posiciona-acerca-do-enem-2020.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

² Relatos apresentados por um professor de Geografia do Colégio Pedro II.